

Ponta Delgada, 03 de Abril de 2018

PROPOSTA POLÍTICA SECTORIAL - “UM ABRAÇO DO MAR”
XXV CONGRESSO NACIONAL DA JSD

1 - Os Açores

Ainda sinto os pés no terreiro

Onde os meus avós bailavam o pézinho

A bela Aurora e a Sapateia

É que nas veias corre-me basalto negro

E na lembrança vulcões e terremotos

Se no olhar trago a dolência das ondas

O olhar é a doçura das lagoas

É que trago a ternura das hortênsias

No coração a ardência das caldeiras.

É que nas veias corre-me basalto negro

No coração a ardência das caldeiras

O mar imenso me enche a alma

E tenho verde, tanto verde a indicar-me a esperança.

Por isso é que eu sou das ilhas de bruma

Onde as gaivotas vão beijar a terra...

Subscritor: Comissão Política Regional da JSD Açores

AÇORES

Sobre a Dorsal Média Atlântica estende-se, em pleno Atlântico Norte, entre os 36º e os 43º de latitude Norte e os 25º e os 31º de longitude Oeste, o arquipélago dos Açores. Nove ilhas de origem vulcânica, agrupadas em três zonas geográficas: Grupo Oriental – Santa Maria e São Miguel, Grupo Central – Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial e Grupo Ocidental – Flores e Corvo. Um total de 246 772 habitantes (Censos, 2011).

Da condição de ilhéu nasce o respeito pela Natureza, do muito que nos oferta e dos infortúnios desígnios a que nos vota. De 9 pedaços de terra plantados na imensidão do mar surge um património natural único, possibilitando experiências ímpares, numa comunhão perfeita entre a terra e as suas gentes.

O processo autonómico Açoriano, a caminhar para a forma como o conhecemos nos dias de hoje, foi iniciado com a Revolução de Abril. O tempo de reformas no País levou a que os Distritos Autónomos dessem lugar a uma Junta Governativa, até que, em 1976, as primeiras eleições legislativas regionais deram posse ao primeiro Governo da Região Autónoma dos Açores, do Partido Popular Democrata.

Enquanto o trabalho se fazia na luta pela unidade arquipelágica de 9 ilhas, que até então se mantiveram de costas voltadas umas às outras, a Autonomia abria um conjunto de novas oportunidades ao povo açoriano. Neste processo de desenvolvimento, o ponto de partida indicava um longo caminho a ser percorrido – os altos índices de analfabetismo, os cuidados de saúde precários ou a rede de transportes deficitária eram realidades transversais a todas as ilhas. Os esforços foram muitos na Saúde, Educação ou Transportes, dotando a Região de uma rede de infraestruturas tão necessárias como Aeroportos, Portos Marítimos, Centros de Saúde ou Escolas.

Passados mais de quarenta anos, a Região Autónoma dos Açores mudou e cresceu, evoluindo para a convergência das suas 9 ilhas, ao mesmo tempo que abria suas portas ao mundo. Mas a condição de ilhéu é imutável e a insularidade madrasta. O mar que nos abraça dificulta a iniciativa – nos Açores, para que os mesmos resultados sejam obtidos em comparação com outras regiões, o esforço é muito maior. O isolamento e a distância da condição insular pode ser mais inibidor se comparado ao Interior de Portugal Continental.

Destas 9 ilhas, que permitem ao país a imensa Zona Económica Exclusiva, chega um abraço de mar.

AÇORES NA EUROPA

Atendendo às suas características, a Região Autónoma dos Açores é abrangida pelo consagrado no Artigo 349º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que dá resposta aos desafios que as Regiões Ultraperiféricas (RUP) enfrentam devido ao afastamento geográfico, insularidade, pequena dimensão, topografia e clima difíceis, bem como dependência económica de um pequeno número de produtos. Este artigo permite demarcar as RUP das restantes regiões da União Europeia, como ilhas, zonas de montanha ou de fraca densidade populacional, reconhecendo, às ultraperiferias, diferenças de natureza e de direito em relação às restantes.

A Comissão Europeia, na sua mais recente comunicação sobre as RUP (outubro, 2017), propõe uma nova abordagem para melhor responder às suas necessidades específicas, ao incentivá-las a tirar partido dos seus trunfos únicos. A nova estratégia pretende ajudar as regiões a criar novas oportunidades para os seus cidadãos, a impulsionar a competitividade e a inovação em setores como a agricultura, a pesca ou o turismo.

A posição geoestratégica dos Açores, a grande zona económica marítima exclusiva já mencionada, a grande biodiversidade e o forte atrativo turístico são potencialidades da Região. A produção de leite ou de carne torna o setor agrícola essencial, como os ricos recursos marítimos realçam o setor das pescas, que a par da produção local de ananás ou maracujá, de vinho e conservas de peixe, dotam a Região de uma importante diversidade.

São também conhecidos muitos constrangimentos, traduzidos nos múltiplos desafios a enfrentar – os elevados índices de pobreza, a precaridade laboral, a taxa de desemprego dos jovens que ultrapassa o dobro da média da União Europeia, os baixos níveis de qualificação, o abandono escolar precoce e o desenvolvimento socioeconómico frágil assente numa predominante presença pública. Esta é uma realidade preocupante.

Face ao exposto, de entre as políticas europeias, a Política de Coesão, através dos seus fundos – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo Social Europeu (FSE) – é uma das que mais contribui para a estruturação dos investimentos públicos e privados da Região. A criação de emprego, a competitividade empresarial, o crescimento económico, o desenvolvimento sustentável e a melhoria de qualidade de vida dos cidadãos são as principais prioridades da Política de Coesão da União Europeia que a tornam fundamental para todas as suas regiões.

Para os Açores, face a todos os seus condicionalismos, a Política de Coesão Europeia assume uma importância e responsabilidade acrescida no seu desenvolvimento e crescimento, pretendendo atenuar as disparidades e desequilíbrios entre esta Região e a restantes.

COESÃO TERRITORIAL – O CASO PORTUGUÊS

O atual Governo da República, da ala esquerda da nobre Casa da Democracia Portuguesa, apresentou, no passado ano, o seu Programa (Nacional) para a Coesão Territorial. O Programa expõe um trabalho aplicado entre a relação do País com o seu Interior que se pretende assente em Mais Coesão, Mais Competitividade, Mais Sustentabilidade, Mais Conexão e Mais Colaboração. As regiões do Interior do País carecem desta estratégia, necessitam que nelas se invista e que sejam assumidos compromissos de aproximação com o litoral, de modo a que as tendências de despovoamento, envelhecimento e empobrecimento possam ser invertidas.

O grande e grave problema é que no Programa (Nacional) para a Coesão Territorial foi esquecido parte do território português: as suas duas Regiões Autónomas, da Madeira e dos Açores. No caso concreto da Região Autónoma dos Açores, são múltiplos os fatores que exigem do Governo uma postura exatamente contrária, inclusiva e mitigadora do impacto da insularidade.

O processo autonómico marcou a Região de uma abertura ao país e ao mundo, até então quase inexistente, mas há bem pouco tempo foi possível conhecer um segundo momento igualmente importante. Convém lembrar que foi no Governo liderado por Pedro Passos Coelho que se tornou realidade a liberalização do espaço aéreo açoriano. Até então era caro, muito caro, viajar de e para os Açores e esta decisão veio tornar muito mais acessível o destino insular.

A política de coesão tem custos que devem ser assumidos para que os objetivos traçados possam ser eficazmente alcançados, que o anterior executivo aceitou em benefício dos resultados positivos que se tornariam possíveis. O crescimento exponencial do turismo e a sua consequência no crescimento da Região a vários níveis demonstram a importância de medidas desta natureza. O Governo Açoriano, da mesma

ala esquerda, foi sempre conivente – demonstrou publicamente ser contra a liberalização do espaço aéreo (antes dos resultados positivos no desenvolvimento da Região, porque depois de começarem a ser conhecidos, assumiu descaradamente os créditos da medida) e sobre a ausência da Região no Programa (Nacional) de Coesão Territorial, nada se ouviu.

Os Açores são uma região duplamente periférica, primeiro em relação ao seu País, em segundo em relação ao continente europeu. No contexto europeu, o estatuto de Região Ultraperiférica e a Política de Coesão Europeia têm sido essenciais na criação de oportunidades, só não o sendo mais, no passado recente, devido às posições e decisões estratégicas do Governo Regional. No contexto nacional, seria de esperar que dois Governos, o da República e o Regional, da mesma família política, tivessem maior facilidade em concertar medidas conjuntas numa ação de mútuo benefício.

Devido à especificidade do seu território e aos múltiplos desafios que enfrenta, como já foi abordado, os Açores necessitam de medidas, também a nível nacional, que possam ajudar a inverter a atual situação. Estas medidas são ainda mais importantes quando os Açores têm também sofrido com o peso do despovoamento ou o envelhecimento da sua população, a par do que acontece no Interior de Portugal, ou quando, por outro lado, há todo um potencial à espera de ser alavancado. A posição geoestratégica, a dimensão marítima, o domínio científico e tecnológico, a excelência qualitativa da produção agroalimentar, o laboratório privilegiado para a investigação e a experimentação em áreas como a astrofísica, o aeroespacial, a vulcanologia, a sismologia e a oceanografia (como referiu o deputado açoriano à Assembleia da República António Ventura), são enormes potencialidades que os Açores colocam ao dispor do País como um todo. Uma verdadeira política de coesão nacional traria mútuos benefícios para ambas as partes, mas o atual Governo Nacional escolhe inadvertidamente, ou não, esquecer no seu Programa para a Coesão Territorial as suas Regiões Autónomas – Programa este que só poderia ser Nacional se as tivesse integrado.

OS AÇORES E A JUVENTUDE SOCIAL-DEMOCRATA

O Governo da Região Autónoma dos Açores foi subserviente, mas a Juventude Social-democrata dos Açores não o é. Nem nesta matéria, nem em outras da responsabilidade do Executivo Regional, seja pela falta de estratégia clara e direcionada às reais necessidades da Região, seja pelas tomadas de decisão erróneas e falhadas.

A realidade insular dos Açores tem a particularidade de se multiplicar por 9. De Santa Maria ao Corvo, são 9 as realidades insulares distintas, não há uma ilha que se assemelha totalmente à outra, quer seja na sua génese vulcânica e consequente morfologia geográfica, nas dinâmicas socioeconómicas ou nas suas manifestações culturais ou expressões linguísticas populares. Ao sentido de pertença nacional ou continental acresce uma terceira dimensão, o sentido de pertença arquipelágica – o que pode ser dado como quase natural é fruto de muito trabalho que ainda carece de ser feito. O modelo governativo anterior ao processo autonómico iniciado com a Revolução de Abril não abonou a favor da união, que começou a ser construída com o primeiro Governo da Região Autónoma dos Açores, liderado pelo Dr. Mota Amaral.

A particularidade desta realidade insular acompanha toda a ação da Juventude Social-democrata dos Açores, a maior juventude partidária da Região, pese embora o domínio Socialista dos últimos vinte e dois anos. Aos órgãos regionais juntam-se as Comissões Políticas de Ilha, responsáveis pela coordenação das Comissões Políticas Concelhias, nas ilhas onde existem mais do que um Concelho. No total são 9 as Comissões Políticas de Ilha – em Santa Maria, Graciosa, Faial e Corvo, ilhas com apenas um Concelho, são os únicos órgãos existentes – e onze Comissões Políticas Concelhias, de um total possível de quinze. A luta é diária para que as concelhias inativas possam renascer e com um trabalho genuíno e interessado têm sido bons os resultados, com várias estruturas da JSD a ganhar dinâmica em Concelhos onde o Socialismo é poder. Um pormenor: a maior parte deste trabalho é feito à distância. Além das 3 ilhas do

triângulo, Pico, São Jorge e Faial, onde as ligações marítimas são diárias, é impossível desenvolver uma ação sem que seja necessária uma disponibilidade logística de transporte aéreo e alojamento. Este facto torna a mais simples das ações numa organização de gestão complicada.

A Comissão Política Regional não reúne presencialmente com todas as Comissões Políticas de Ilha ou Concelhias com a frequência com que gostaria de o fazer. Organizar um evento à escala regional onde todos os militantes se possam juntar é praticamente impossível. À parte da periodicidade do Congresso Regional ou das Reuniões do Conselho Regional, todo o trabalho é desenvolvido na proximidade de um telefonema ou das visitas oficiais a cada uma das ilhas. Este é um exemplo prático e real do maior esforço que é necessário fazer nos Açores, para que as mesmas ações surtam o mesmo efeito em comparação com as restantes regiões do País.

Motivar e congregar à distância é um desafio, ainda mais quando em causa está uma juventude partidária com o peso de duas décadas de oposição. Mas é um desafio que a Juventude Social-democrata dos Açores aceita a cada dia, por uma estrutura una e coesa como principal prioridade. Os obstáculos são muitos, começando desde logo pelo enorme esforço financeiro, a ginástica orçamental tem de ser bem ponderada e medida nos eventos regionais numa lógica de descentralização, em relação à ilha maior, São Miguel. As edições da Universidade de Verão, organização de que muito se orgulha a JSD/Açores, têm seguido este caminho passando de São Miguel, na primeira edição, para São Jorge, Terceira e Pico nas seguintes. A primeira reunião da Comissão Política Regional do corrente ano decorreu na Ilha do Faial. São esforços logísticos e orçamentais necessários porque da mais pequena ilha à maior os jovens militantes são jovens açorianos que defendem com a mesma garra a sua juventude partidária.

A luta continuará a ser feita por uma JSD/Açores coesa e unida nos ideais Sociais-democratas, no desejo por uma Região mais forte e pelo futuro de oportunidades para todos os jovens açorianos.

PORQUE CRESCEMOS JUNTOS...

Porque uma verdadeira política de coesão é aquela que ajuda a crescer, uniformizando e descentralizando o desenvolvimento, a Juventude Social-democrata tem a oportunidade de fazer diferente. O espírito irreverente e a atitude desafiadora que marcam, desde a sua criação, a estrutura de juventude, são o ímpeto perfeito para mostrar que, ao contrário do ocorrido com o Governo da República, os Açores não ficam esquecidos.

Os desafios deste novo mandato serão muitos e difíceis, num contexto nacional em que a Geringonça tem conseguido manter-se bem oleada e em funcionamento, mesmo que em prejuízo do melhor para Portugal. Um desafio menos difícil é este que a JSD/Açores propõe – que nova equipa coloque os Açores na agenda das suas atividades do mandato que se inicia. É a oportunidade de demonstrar que face a um Governo que se esquece e omite parte do seu território, a Juventude Social-democrata não o faz e o trabalho conjunto que tem sido possível desenvolver nos últimos anos é prova disso. Mas é sempre possível fazer mais para conseguir melhor.

Em cada uma das 9 ilhas há uma família Social-democrata participativa e dedicada à sua ideologia partidária. Na Região, têm sido o rosto de uma juventude que não se revê nas políticas dos seus representantes regionais e, muitas vezes, autárquicos. Cada um das 9 partes tem crescido fazendo da JSD/Açores a maior juventude partidária dos Açores, a crescer juntos pela Juventude e pela Social-democracia. Desafiamos a nova equipa a desenvolver um roteiro na Região, passando por cada uma das ilhas, num momento de oportunidade de conhecer o potencial de cada uma, mas, também, todos os constrangimentos e fragilidades que as assola. Conhecerão o esforço que é necessário para que 9 espaços dispersos com realidades socioeconómicas e políticas diferentes consigam rumar numa única direção e com um único propósito. Convosco a JSD/Açores quer partilhar, localmente, as dificuldades subjacentes à condição insular 9

vezes dispersa e demonstrar que o esquecimento do Governo da República no seu Programa (Nacional) para a Coesão Territorial é grave e evidência que este Executivo não conhece o país que governa.

Deste desafio serão reunidos contributos daqueles que mais sofrem as consequências da falta de investimento, os jovens que escolhem ficar nas suas ilhas mesmo quando as oportunidades não chegam para sonhar um futuro sustentável. Jovens que lutam contra a propensão que teima em envelhecer e despovoar as suas ilhas, que ficam contrariando o destino votado às suas terras.

Aceitar este desafio é unir as ilhas ao Interior do País, minimizar a suas fragilidades e maximizar as suas potencialidades. Assim, só assim, é possível um Portugal de oportunidades iguais, acima de tudo para os seus jovens, o garante da sustentabilidade e crescimento destas regiões. À vossa espera estarão as 9 ilhas abertas para vos receber da maneira que só o sabem fazer, com o melhor de que dispõem. A luta por um País coeso é nossa. A crescer juntos, por um Portugal inteiramente melhor. Aceitem este abraço de mar, com tudo o que ele tem para vos dar.